MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com
@colunamagnavita

Barroso, faz balanço de sua gestão durante programa 'Diálogos da Magistratura'

Fotos TJRJ

O encontro foi realizado no Auditório Antonio Carlos Amorim, no Fórum Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, com o desembargador Ricardo Couto, Presidente do TJRJ

Na sequência: Des. Suely Magalhães, 1ª Vice Presidente TJRJ; juíza Eunice Haddad, Presidente da Amaerj; des. Cláudio Dell'Orto, Diretor da Emerj; des. Denise Noll Simões; des. Mônica Feldman de Mattos; des. Luiz Zveiter; des. Ricardo Couto, Presidente do TJRJ; Ministro Luis Roberto Barroso, Presidente do STF; des. Humberto Dalla; des. Katia Monnerat; des. Maria Inês da Penha Gaspar; e des. Fábio Uchoa

"O Judiciário, antes ser um poder, é um serviço. A imagem que o cidadão tem do Judiciário quando busca seus serviços é o reflexo da forma como ele é tratado. Por isso, estamos sempre, sujeitos a críticas. Temos que procurar fazer as coisas justas e procurar ouvir, sempre, o cidadão", afirmou, em tom de despedida, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Luís Roberto Barroso, durante a realização da 19ª edição do Diálogos da Magistratura, nesta segunda-feira, 1º de setembro, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O mandato do ministro à frente do STF e do CNJ se encerra no próximo dia 30 de setembro, quando será sucedido pelo ministro Edson Fachin.

Idealizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com o CNJ e o STF, o programa Diálogos da Magistratura realiza encontros presenciais inéditos entre o presidente do CNJ e do STF com desembargadoras, desembargadores, juízas e juízes para debaterem os mais relevantes temas para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário, assim como, sobre a valorização da carreira da magistratura.

Durante o encontro, realizado no Auditório Antonio Carlos Amorim, no Fórum Central do TJRJ, o ministro apresentou um balanço de sua gestão, destacando algumas das iniciativas aplicadas em sua gestão, como a implantação do Exame Nacional da Magistratura (Enam), e o enfrentamento de questões como execução fiscal, paridade de gênero e estabelecimento do pacto da linguagem simples no Poder Judiciário. Dentre as ações desenvolvidas, o ministro também destacou o programa de bolsas para cursos preparatórios para candidatos negros aos concursos da magistratura.

"A magistratura, quase em todo o Brasil, é branca. Assim, conseguimos oferecer 124 bolsas para os primeiros 124 candidatos negros melhores colocados no Enam. Assim conseguimos dar melhores condições de acesso à magistratura. Após essa iniciativa, como resultado, já registramos cinco candidatos negros aprovados em concursos da magistratura", disse o ministro.

A multiplicidade de sistemas processuais distintos adotadas por cada tribunal também foi objeto de ação na gestão do ministro.

"Quando cheguei no Supremo, havia um problema grave. Cada tribunal utilizava o seu sistema. E esses sistemas não se falavam. Assim, não conseguíamos criar um banco nacional de processos. Quando assumi, decidimos criar uma interface única, criando o Portal Único do Poder Judiciário. Dessa forma, para o usuário, não importa o sistema. A interface é a mesma", destacou.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto de Castro, saudou a chegada do "Diálogos com a Magistratura" no TJRJ e aproveitou para destacar a trajetória do ministro Luís Roberto Barroso, ressaltando suas ações na defesa da magistratura.

OAB-RJ e Seap anunciam serviços online de atendimento a presos; Cartilha de Prerrogativas da Advocacia LGBTQIAPN+ é lançada

Nesta segunda-feira (1º), a presidente Ana Tereza Basilio e a secretária de Estado de Administração Penitenciária, Maria Rosa Lo Duca Nebel, anunciaram uma grande novidade para a advocacia criminal. O envio de procurações para assinaturas de presos e o agendamento de reuniões entre advogados e clientes privados de liberdade passarão a ser feitos de forma online, sem a necessidade de deslocamento até as unidades prisionais aos que assim preferirem. A medida vai beneficiar principalmente advogados e advogadas do interior do estado, que precisavam percorrer grandes distâncias.

A OAB-RJ também lançou ontem a Cartilha de Prerrogativas da Advocacia LGBTQIAPN+, a primeira do Brasil no sistema OAB com informações sobre os direitos específicos de advogados e advogadas que integram a comunidade LGBTQIAPN+. Logo após o lançamento, foi realizado o I Curso de Formação de Delegados de Prerrogativas da Diversidade, que recebeu mais de 100 inscrições. "Essa cartilha reforça o compromisso da nossa gestão com a defesa intransigente da advocacia e com a valorização da pluralidade que nos compõe", comentou Basilio.

E a Seccional recebeu também uma visita ilustre nesta segunda movimentada. O seminário Desafios e Perspectivas do Ensino Jurídico no Brasil, da Comissão de Ensino Jurídico, da OAB-RJ, contou com a participação de Sergio Cavalieri Filho, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Bruno Mirandella/OAB-RJ

A secretária da Seap, Maria Rosa Nebel, e a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio

Bruno Mirandella/OAB-RJ

Sergio Cavalieri Filho, ex-presidente do TJRJ, em evento na OAB-RJ

Flávia Freitas/OAB-RJ

A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basílio, com Nélio Georgini, diretor de Diversidade da OAB-RJ e James Walker, presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB-RJ

PINGA-FOGO

Polícia Federal investigou sociedade de André Esteves com o fundador da Copape

■ **O envolvimento explosivo da Faria Lima com o setor de combustível é antigo. O mercado financeiro adora flertar com o perigo. As operações Quasar, Tank e Carbono Oculto trouxeram à tona uma sigla que já ficou conhecida nas páginas policiais, a Copape, acusada de hoje ter relações com o PCC.**

■ O banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, viveu o seu inferno astral ao ser associado ao sócio fundador da Copape, Carlos Santiago, de quem foi sócio na empresa Derivados do Brasil, a DVBR, a partir do ano de 2008 e em seguida da DVBR, de uma rede que tinha 118 postos em Minas Gerais e São Paulo.

■ **Em delação premiada, o doleiro Alberto Youssef, agora liberado pelo STF dos efeitos da Lava Jato, apontou que o banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, foi denunciado por transações suspeitas entre o BTG e a BR Distribuidora. Segundo revelado em maio de 2015, pela revista Época, que pertencia às organizações Globo, o ex-presidente e então senador Fernando Collor (PTB-AL) esteve envolvido na negociação e teria recebido cerca de R$ 3 milhões em propina. O senador, no entanto, sempre negou qualquer relação com o BTG ou o grupo de Alberto Youssef.**

■ O doleiro, em depoimento à Polícia Federal, afirmou que a BR Distribuidora pagou R$ 300 milhões na negociação. Ainda, conforme a antiga revista da família Marinho, "essa negociação tinha o intuito de tirar a DVBR do prejuízo, uma reclamação constante tanto do banqueiro quanto de Santiago. A negociação entre o DVBR e a BR Distribuidora também teve como um dos emissários Pedro Paulo Leoni Ramos, ex-diretor da BR Distribuidora indicado por Collor. Conforme Youssef, Ramos foi o responsável pelo pagamento da propina ao Senador".

■ **Carlos Santiago era um dos velhos operadores do ramo de combustível e, além da formuladora Copape, possuía um terminal marítimo em Santos, que até hoje pertence a sua família. A formuladora foi vendida para os atuais proprietários que estão sendo acusados de relacionamento com o PCC.**

■ Ex-sócio de André Esteves, Carlos Santiago foi preso acusado de pedofilia e morreu como consequência de um tumor cerebral. Os R$ 300 milhões recebidos da BR Distribuidora, como adiantamento pela exclusividade de adesão dos 118 postos à bandeira de BR, nunca resultaram em exclusividade plena. Santiago abriu diferentes CNPJs nas unidades de seus postos e comprava combustível de outros fornecedores.

■ **UMA CONEXÃO INVESTIGADA - A Polícia Federal e o Ministério Público estão de olho em uma estranha conexão dos acionistas da Copape com operações portuárias no estado do Rio. A sua distribuidora no Rio, a Terrana, tem como presidente Paulo Narcélio Simões Amaral, que participa também da gestão dos Portos de Angra dos Reis e Açu.**

■ É neste cenário de conexões, que aparece Mohamad Hussein Mourad, investigado pelas operações Quasar, Tank e Carbono Oculto e o seu envolvimento com o PCC. Ele colocou sua equipe na gestão da Terrana e chegou a aparecer em vídeo em uma reunião virtual.

■ **O assunto fica mais explosivo quando é colocado em cena o empresário Eike Batista. Depois que o Correio da Manhã apontou, na edição desta segunda, 01 de setembro, a presença da Terrana/Copape, os operadores do terminal de Açu, a Prumo Logística, desenvolvedora do Porto do Açu, mandou nota para o jornal na qual "informa que suas subsidiárias não possuem qualquer transação, contrato ou relação comercial com as empresas ou pessoas mencionadas na matéria.".**

■ Ficou apurado que o laço Terrana/Copape é com a Aliseo, que ocupa uma área de 160 mil m² com posição privilegiada na porção norte do território pertencente à OSX. Thiago Lemgruber Porto, presidente da OSX Brasil, afirmou, através de nota distribuída pelo governo do estado do Rio, que "nos últimos dois anos ampliamos as marcas parceiras atuando no espaço da OSX e o novo momento que o Rio atravessa trouxe credibilidade para ajudar a captação de novos investidores para o SuperPorto do Açu, como é o caso da Aliseo".

■ **Paulo Narcélio Simões Amaral é o elo que une a Terrana/Copape, Mohamad Hussein Mourad ao Porto de Angra e a Açu. Zona Portaria é estratégica para o controle alfandegário do país.**

Fernando Molica

'Limers' e 'crimers' numa avenida paulista

Centro da operação que evidenciou as conexões do PCC com parte do mundo empresarial, a Faria Lima, em São Paulo, é uma daquelas ruas — no caso, uma avenida — que subvertem a ideia de local de encontro. Ficou conhecida não pelo que mostra, mas pelo que abriga, esconde, oculta, camufla, dissimula.

Os tais "faria limers" — adjetivação que define e ironiza sujeitos ricos, ambiciosos e voltados para o próprio umbigo — não são assim conhecidos por frequentarem a rua propriamente dita.

Trabalham lá porque precisam ficar em algum lugar, necessitam de um endereço, de uma referência física, mas é como se não estivessem; alguns deles sequer devem passar pela rua, chegam e saem de helicópteros. Ruas e seus frequentadores tendem a formar uma espécie de conjunto, uma interdependência, uma certa unidade que se concretiza no espaço público.

Quem, no Rio, vai à Ouvidor, à Lapa, ao Ponto Chic ou ao Largo de São Francisco da Prainha vai pra rua e para o que a cerca, conceito bem mais amplo do que a ideia de um logradouro público. O mesmo se aplica às nossas praias-ruas, conjunto que inclui asfalto, calçadão, areia e mar.

Nada impede que, desses espaços públicos, caminhemos para um bar, um restaurante, para a casa de amigos. Mas estes locais fechados são subordinados à lógica da rua, são moldados pelo que os cerca.

Em São Paulo, ir até Vila Madalena, ao Bixiga, à 25 de Março ou à Paulista é algo mais amplo do que ir a um determinado estabelecimento localizado nesses locais. Nem sei se a Oscar Freire continua a ser um endereço associado a lojas de grifes. Mas é — era, pelo menos — um endereço de estabelecimentos voltados para o espaço comum, para a rua.

Por mais caras que fossem ou sejam tais butiques, elas mantêm/mantinham conexão direta com o universo público, qualquer um pode passar pelas calçadas, ver suas vitrines, tomar um susto com os preços.

Já a Faria Lima cultiva a ideia não de rua, mas de um conjunto de locais fechados, que não dialogam com o espaço que os cerca, estão para a rua assim como seus executivos estão para a sociedade de um modo geral: servem-se dela, mas não se misturam.

Esses bunkers passaram a ser identificados com a palavra mercado, que, não faz tanto tempo, era associada a espaços de convivência, de interação, de conversas, de compras. O mercado dos faria limers é abstrato, sem rosto, sem alma, povoado de seres reconhecíveis por calças de sarja, camisas sociais, coletes, sapatênis e relógios cheios de telas, que também servem para marcar horas.

Isolados em suas torres, esses seres são insensíveis aos gritos das ruas, território povoado por pessoas que lhes são estranhas. Quando questionados sobre temas sociais, fazem beicinho, olham pra cima e repetem um mantra parecido com o da Rainha de Copas, algo como "Cortem-lhes os orçamentos, os auxílios, as bolsas, os reajustes, os salários".

Há alguns dias, a rua, incorporada na polícia, invadiu seus escritórios em forma de mandados de busca e apreensão, sequestrou-lhes reputações, verbas e liberdade, espalhou lama e suspeitas naqueles figurinos tão caros e alinhados.

Seria injusto generalizar, a operação foi concentrada em algumas poucas intituições, mas já deu para notar que havia uma ligação direta de limers com o submundo de um crime muito organizado.

Uma conexão que, agora desvendada, mostra porque os caras tanto evitavam a claridade das ruas, preferiam a iluminação difusa e controlada de suas salas, fugiam das bruscar variações de temperatura, típicas da capital paulista.

Numa brincadeira com neologismos inspirados no inglês, limers ("laimers"), viraram crimers ("craimers"). Parece até título de seriado.